



# Anais da Assembleia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, José Arthur Ritti e Nelson Justus (03). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaai Túlio e Eurides Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº ATCC 1050/91, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Se-

nhor Deputado Colombino Grassano, que solicitou informações sobre a situação dos municípios participantes do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, na data de 04.10.91. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO Nº 041/91/GLG/PMDB

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, através do presente, submeter à sua análise e decisão, o anexo expediente encaminhado ao 1º Secretário, Deputado João Arruda, pelo Secretário de Estado da Saúde, onde solicita dilação de prazos para atendimento e respostas aos quesitos formulados no pedido de informações aprovado por esta Casa, a requerimento do Deputado Doutor Rosinha.

No aguardo do pronunciamento de Vossa Excelência, renovo-lhe protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

"ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Saúde

Gabinete do Secretário

Of. 1325/91/GS

Curitiba, 10 de outubro de 1991,  
Senhor Deputado.

Acuso através do presente o ofício 231/91/glg/PMDB no qual Vossa Excelência solicita resposta aos pedidos de informação de autoria do Deputado Doutor Rosinha, protocolados sob o nº 8157 e 8162/91.

Conforme ofícios nºs 1241/91/GS e 1242/91/GS, solicitamos dilação de prazo para a resposta dos referidos pedidos, em vista da complexidade e volume das informações a serem prestadas.

Caso Vossa Excelência tenha conhecimento do deferimento ou não do pedido de dilação, solicitamos seus préstimos no sentido de nos informar.

Sendo o que nos cabia para o momento, apresentamos nossos protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente

NIZAN PEREIRA

Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado ORLANDO PESSUTI

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTA CAPITAL"

"ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Saúde

Gabinete do Secretário

Of. nº 1241/91/GS

Curitiba, 19 de setembro de 1991

Senhor Deputado.

É o presente para solicitar dilação do prazo por 30 (trinta) dias, a contar da data da devolução deste, para esta Secretaria apresentar as informações solicitadas por Sua Excelência o Deputado Florivaldo Fier, no Ofício nº 8157/91/DA/CEA/SC.

O vigoroso processo de descentralização administrativa por que passou esta Secretaria, bem como a complexidade e o volume das informações solicitadas, são alguns dos elementos que dificultam sobremaneira o cumprimento do prazo legal.

Contando com a compreensão de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

NIZAN PEREIRA

Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO BATISTA DE ARRUDA

Primeiro Secretário da Assembleia

Legislativa

CURITIBA-PR"

OFÍCIO Nº 065/91

Senhor Presidente.

Venho, através do presente, justificar minha ausência nas sessões das duas últimas semanas (compreendido no período de 7 a 18 p. p.) e, que fundamentalmente são dois os motivos:

1. Estive acompanhando o Senhor meu pai, que esteve internado.
2. Estive na cidade de São Paulo, dando apoio e confortando minha irmã, que teve seu marido morto em acidente de trânsito.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Comunicado:

COMUNICADO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final subscrito, cumpre o dever de comunicar à Mesa e aos nobres Pares, que resolveu deixar as funções de Líder da prestigiosa Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, nesta Assembleia Legislativa.

Agradecendo a colaboração recebida durante todo o tempo em que exerceu essa liderança, aproveita para reiterar seu apreço aos companheiros de bancada, à Comissão Executiva e aos demais Pares com assento nesta Casa.

Em relação ao colegas pedetistas, cumpro-me particularmente, exaltar a dedicação e a dignidade de cada um, e ao mesmo tempo assegurar-lhes que considerarei um verdadeiro privilégio meu convívio com

eles.

Ao ensejo, dirijo um agradecimento especial aos jornalistas credenciados nesta Casa, pelo carinho da atenção e apoio que me dispensaram, enquanto Líder do PDT.

Agradeço, finalmente, de modo especial, ao Senhor Presidente da Mesa, pelo tratamento de alto nível que de Vossa Excelência mereci no exercício daquele cargo.

Sala das Sessões, em 22.10.91

(a) GERALDO CARTARIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 478/91, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Visa ainda, instituir a tabela única de salários do pessoal técnico-administrativo das referidas Autarquias.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 478/91 (Mensagem nº 100/91), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior regido pela C.L.T. e institui a tabela única de salários do pessoal técnico-administrativo das mesmas.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: José Tavares e Severino Félix

REQUERIMENTO Nº 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA para a Mensagem nº 99/91, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar o CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, terça, em 22.10.91

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 469/91 (Mensagem nº 93/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que relaciona, de propriedade do Estado, situados no município de Curitiba, à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Resolução nº 22/91.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

## REQUERIMENTO Nº 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deputado Homero Oguido, em razão da excelente atuação daquele Parlamentar à frente da referida Pasta, particularmente no que tange à administração do PEDU.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

## REQUERIMENTO Nº 2801

Senhor Presidente.

Os Deputados signatários do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor ao Senhor Walter Senhorinho, em função do trabalho levado a efeito frente à vice-Presidência Administrativa do conglomerado BANESTADO.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ERONDY SILVÉRIO,

ORLANDO PESSUTI, RENATO ADUR, NILTON BARBOSA, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, JOSÉ TAVARES, DOMINGOS CARVALHO, LUIZ ANTONIO SETTI, NELSON GARCIA, ARLINDO TROIAN, DOBRANDINO DA SILVA, COSTENARO NETO, DUILIO GENARI, EDSON SILVA LINO, CARLOS SIMÕES, BASÍLIO ZANUSSO, JOÃO PREIS, ALCEU SWAROWSKI, TOTI COLAÇO, NEIVO BERALDIN, SEVERINO FÉLIX e DURVAL AMARAL.

## REQUERIMENTO Nº 2782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Despachante".

Sala das Sessões, em 22.10.19.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

A 21 de outubro comemora-se o "Dia do Despachante". Classe operosa de homens e mulheres que tantos serviços prestam à comunidade para o desembaraço de negócios, pagamentos de direitos e fretes, e encaminhamento de mercadorias e papéis, sobretudo junto às repartições fiscais, aduaneiras, policiais e de trânsito.

A comunidade dos Despachantes exerce papel de grande utilidade no dia-a-dia das pessoas, em todos os setores da atividade humana. Mas sua importância não tem sido reconhecida como deveria ser, merecendo a classe mais consideração e respeito, tanto por parte dos usuários desses serviços como do próprio Poder Público, que muito mais poderia fazer para prestigiar os despachantes e facilitar-lhes o desempenho.

Assim, formulamos este registro, para fazer justiça e honra a uma classe modelar de trabalhadores.

## REQUERIMENTO Nº 2783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Repórter".

Sala das Sessões, em 22.10.19.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

Pelo transcurso do "Dia do Repórter", a Assembleia Legislativa do Paraná não poderia ficar indiferente às homenagens devidas a essa importante e laboriosa classe, porque também esta Casa tem recebido a benéfica influência do patriótico e vigilante trabalho desses profissionais, que desempenham papel de fundamental importância no dia-a-dia da mídia eletrônica e impressa.

Saudamos os repórteres que militam nesta Assembleia, saudamos toda a classe a

que pertencem, rendendo-lhes a homenagem de admiração desta Casa e nosso regozijo pelo "Dia do Repórter", comemorado a 18 de outubro.

**REQUERIMENTO N° 2777**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes MARIO PEREIRA, expediente solicitando a implantação de acostamento da PRT-153, no trecho Rebouças a Riozinho de Baixo.

Como é do conhecimento público, a PRT-153, no trecho acima citado, tem sido nos últimos anos, palco de inúmeros acidentes, com vítimas fatais, justamente por falta de melhor segurança aos transeuntes, ou seja, a falta de sinalização, a existência de inúmeros buracos na pista e a falta de acostamento.

É importante registrar que os agricultores, não tendo outras vias de acesso para escoarem suas produções, utilizam-se com frequência daquela importante artéria rodoviária, onde se dirigem à sede do município de Rebouças, com tratores, máquinas agrícolas e carrocinhas puxadas por animais, o que proporciona constantes acidentes.

Ante os fatos relatados, os quais são motivos fortes para afirmarmos que o nosso pedido é de suma e vital importância, afim de evitarmos que mais vidas sejam ceifadas.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 2778**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, ANTONIO ROGÉRIO MAGRI, expediente solicitando esclarecimentos quanto aos atuais critérios adotados na elaboração dos cálculos, para efeito da aposentadoria dos Pensionistas e Aposentados.

Já não basta a humilhação vivenciada pelos Aposentados e Pensionistas brasileiros, no que se refere aos atuais valores pagos pela Previdência Social, os mesmos encontram-se totalmente desorientados, quanto aos atuais critérios adotados na elaboração dos cálculos no pagamento das pensões e aposentadorias.

Ora a Previdência utiliza-se como média geral DEZ salários de referência, ora SEIS, e assim por diante, num verdadeiro emaranhado quanto à sua compreensão.

Curitiba, terça, em 22.10.91

É um verdadeiro descaso, com quem trabalhou a vida inteira contribuindo para a grandeza do nosso Brasil, e na hora de receber a contra-partida desse trabalho - o que seria uma aposentadoria honesta - é enganado por um Ministro que está mais preocupado com a sua imagem pessoal na televisão e com a sua "cachorrinha", do que com os Aposentados e Pensionistas.

Esta confusão generalizada na elaboração dos cálculos, nos parece ser proposital no sentido de ludibriar a todos.

É preciso dar um "basta" nesse quadro caótico, a que foram submetidos os nossos Aposentados e Pensionistas.

A impressão que temos, é que Sua Excelência, o Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, em função da falta de preparo em tais questões - pois não é do ramo - está mais desorientado do que os próprios Pensionistas e Aposentados.

Sala das Sessões, em 22.10.19.

(aa) TOTI COLAÇO

JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO N° 2779**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, MARIO PEREIRA, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Barreiro, na Rua Argemiro de Paula, no Município de Rebouças.

Efetivada tal construção, irá proporcionar aos agricultores daquela pujante região agrícola, condições efetivas para que os mesmos possam transportar com segurança, seus produtos à sede do Município de Rebouças, para a comercialização, contribuindo, assim, para o fortalecimento econômico da Região de Irati, notadamente do nosso valoroso Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 2780**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado dos Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de LOVAT - UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas

redondezas, local apropriado para a prática de esportes.

A construção da cancha polivalente vi-ria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente.

Temos a certeza de que a Secretaria, ao efetuar estudos, verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

#### REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigida pelo Senhor Doutor Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinada a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no município de MARIA HELENA.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial. A ação do Governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente. Um dos programas encetados pela Prefeitura, é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação. O pedido é importante e requer atendimento urgente, por parte do Poder Público.

#### REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Maurício Eruet, Secretário de Ciência e Tecnologia, solicitando estudos no sentido da Universidade Estadual de Londrina, encampar o RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.

Outrossim, seja dada ciência à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, à Câmara Municipal de Londrina e à Casa do Estudante da Universidade Estadual de Lon-

drina.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

Para descrever a difícil situação em que se encontra a Casa do Estudante da Universidade Estadual de Londrina, usamos a mesma manifestação dos estudantes, em que: "para manter-se a Casa do Estudante da Universidade Estadual de Londrina, administra o Restaurante Universitário através do convênio firmado com a Universidade Estadual de Londrina, renovado anualmente. Porém, com o Decreto Estadual n° 314/91, fica impossibilitada a renovação do mesmo, pois este dita que nenhuma instituição pública poderá fazer repasse de verbas ou qualquer tipo de doação a uma outra instituição".

#### REQUERIMENTO N° 2786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Mário Pereira, Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Congonhas, ligando os Municípios de Cornélio Procopio a Uraí.

Do aprovado, seja dada ciência às Câmaras Municipais dos municípios citados.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

A construção desta ponte atenderá ao grande anseio das comunidades envolvidas, facilitando o escoamento da produção agrícola, trazendo muitos benefícios à região.

#### REQUERIMENTO N° 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando:

1. Cópia do Contrato efetuado entre a FUNDEPAR e a empresa de publicidade que veiculou nos meios de comunicação, a propaganda do Governo sobre o Transporte de Emergência da Merenda Escolar.
2. Cópia do Edital de Licitação efetuado para a contratação da referida empresa de publicidade.
3. Quanto foi o valor do pagamento efetuado e, cópia da nota (recibo) de pagamento efetuado pela FUNDEPAR à respectiva empresa, ou a nota de empenho.
4. Qual foi a transportadora contratada para efetuar o transporte.
5. Cópia do Edital de Licitação efetuado para a contratação da transportado-

ra.

6. Quanto foi o valor do pagamento efetuado à transportadora. Cópia da nota (recibo) ou da nota de empenho.

Sala das Sessões, em 22.10.91

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo-ambulância para o Município de UMUARAMA - DISTRITO DE SERRA DOS DOURADOS.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, ressent-se o município de melhores condições financeiras para atender à grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no tocante a remédios, atendimentos ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas, para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente.

A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja determinada a construção de uma unidade educacional - Escola Integral, no Município de Iporã. Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Senhor Otoniel Ferreira, digníssimo Prefeito Municipal de Iporã; ao Senhor Moisés Mendes, ilustre Vereador e ao Presidente da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O empreendimento do Governador do Estado tem recebido elogios em todos os cantos do Paraná, pois o investimento na educação é efetivamente o maior acordo que o governante faz com o desenvolvimento e com a eliminação da miséria.

Nos moldes propostos pela Secretaria de Educação, a Escola Integral irá acolher crianças que estão cursando as primeiras séries de estudo e receberão durante o dia inteiro, educação formal, informal, ali-

mentação, higiene, recreação, entre outras atividades primordiais para o seu desenvolvimento mental, psíquico, físico e social.

Iporã, como município em franco desenvolvimento, merece, necessita e reivindica a instalação dessa escola para si.

REQUERIMENTO N° 2787

Senhor Presidente.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 352/91, ao final subscrito, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XII, combinado com o Art. 131, ambos de Resolução n° 159/90, que independente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado dos Transportes, afim de que a mesma se pronuncie a respeito das condições de aplicabilidade da iniciativa, quando transformada em Lei.

Sala das Sessões, em 22.10.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

DOBRANDINO DA SILVA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 476/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À MUSCOVISCIDOSE NO PARANÁ - FIBROSE CÍSTICA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão presta relevantes serviços junto à comunidade, pois tem por objetivo a prestação de assistência psico-social e material às crianças portadoras de mucoviscidose (fibrose cística).

Motivo mais que suficiente para que a entidade alcance a declaração de Utilidade Pública que almeja na aprovação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aberta a Sessão. Lida e aprovada a Ata. Finda a leitura do expediente.

Encontra-se em visita a esta Casa o ex-Governador Álvaro Dias. Para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o ilustre visitante vou suspender a Sessão, por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra ao Deputado João Preis.



O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

"Quando há mais de trinta e cinco anos, cheguei à Maringá, ela tinha apenas oito anos, e eu não poderia imaginar que hoje seria seu representante na Assembleia Legislativa do Estado.

Com o apoio da minha família, sempre participei ativamente de todos os movimentos que buscavam melhorias sociais para a cidade.

Quando fui convidado a ocupar o cargo de Secretário de Indústria e Comércio de Maringá, no período de 1983 a 1988, foi porque eu era considerado um empresário experiente, sério e bem sucedido.

Durante o período em que ocupei aquela Secretaria, tive meu trabalho reconhecido em todo o Paraná, e principalmente por esta atuação, que apesar de politicamente desconhecido, fui indicado pelo PMDB para concorrer à Prefeitura de Maringá.

As pesquisas demonstravam a receptividade do povo maringaense ao meu nome.

Eu não era um político experiente nas urnas, mas a comunidade sabia que eu era um trabalhador obstinado! O programa de industrialização de Maringá estava concretizado com sucesso, havia emprego para todos e isso reativou o comércio.

Quando a aliança, política de Maringá percebeu que seus experientes candidatos, Ademar Schiavone e Miguel Grilo, iriam perder as eleições para alguém que apesar de não ser um profissional da política, tinha a credibilidade do trabalho, a luta suja se instalou.

Para eles, políticos experientes, só havia uma maneira de conter o ritmo crescente das pesquisas, era abalar a minha honra pessoal e da empresa que construí.

As agressões se sucederam em todos os níveis, e de uma hora para outra eu passei de empresário experiente, sério e bem sucedido, graças aos acusadores, a um falido e ladrão.

Apesar de tudo, as pesquisas indicavam que eu permanecia estacionário, na preferência do povo.

No entanto, estava instalada a dúvida!

Mas o objetivo de Ademar Schiavone e seu grupo não foi atingido, pois os votos foram canalizados para o candidato Ricardo Barros, que só pretendia ficar conhecido, para se candidatar a Deputado nas eleições seguintes. Ele não tinha propostas nem compromissos.

Eu, minha família e alguns poucos amigos que restaram, ficamos perplexos diante de tanta sujeira. O sofrimento era tanto, que a reação chegou tarde para vencer as eleições, mas veio, sobretudo em busca da verdade.

Quando ingressei em juízo, o fiz com a certeza de que este era o único caminho

digno para que a verdade fosse restabelecida, ainda que tarde.

Primeiro veio a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, reconhecendo a existência de crime eleitoral e remetendo o processo da justiça comum para a eleitoral.

E agora veio a decisão do Meritíssimo Juiz, Dr. Sérgio Rodrigues, que reconhece o crime, que teve grave intenção de influir no resultado eleitoral, tentando tornar inviável a minha candidatura.

As falsas acusações de Schiavone foram decisivas para que eu perdesse a Prefeitura de Maringá em 1988. No entanto, se o efeito delas é irreversível, fica apenas uma certeza, minha honra foi preservada!

Neste momento, em que meu maior patrimônio que é a minha honra, a minha dignidade e a minha reputação, foram preservados pela justiça, eu não poderia deixar de agradecer ao Dr. Luiz Carlos Borba, que advogou esta causa sem honorários, e aos amigos Álvaro Fernandes e Rodolfo Kisvardai que testemunharam durante o processo.

Os sacrifícios e a intranquilidade que a minha família sofreu com esse episódio, estão recompensados com a prova de minha inocência.

Não poderia deixar de mencionar o apoio que recebi da imprensa paranaense e dos meus colegas Deputados, em especial ao meu amigo Luiz Carlos Alborghetti que desde o primeiro momento talvez fosse um dos únicos políticos que acreditou e confiou e sempre me deu guarida. A todos os municípios da microrregião nove, especialmente ao povo maringaense que apesar de tudo, referendou meu nome nas urnas, retribuiu com o meu trabalho em benefício da comunidade, independentemente do Prefeito Municipal.

Enfim, que estes fatos sirvam de lição para candidatos e eleitores. Que sirvam de exemplo para um pleito eleitoral limpo no próximo ano!

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria aproveitar este horário, nesta tribuna, para relatar a esta Assembleia a sequência e os resultados do movimento SOS Vida que já há muitas vezes temos anunciado e nos pronunciado a respeito. Os lavradores, já é de conhecimento nosso, estiveram acampados, depois de 150 Km de passeata e de caminhada, na Praça Osório, na Capital do Estado, Curitiba. Tiveram nestes três dias a solidariedade da população do Paraná e especialmente da população da

capital.

No primeiro dia de acampamento, preparando-se para as negociações com as autoridades, às quinze horas celebraram um culto ecumênico na praça, com a presença de milhares de pessoas, inclusive de pastores, de padres e do Bispo Dom Ladislau, Deputados Estaduais, Federais, Vereadores, Lideranças Sindicais, de movimentos populares. Foi um dos atos marcantes do movimento, este culto religioso realizado na praça, onde a população de Curitiba, após tê-los já recebido em vários lugares da passeata jogando papéis nos lavradores, papéis picados, saudando a chegada, neste primeiro dia se conclui este movimento com esta celebração.

Após a mesma, os lavradores fizeram uma passeata no centro da cidade, onde foram saudados novamente pela população de Curitiba.

No final da tarde, o movimento SOS Vida teve uma audiência com o Governador do Estado.

É bom lembrar que este movimento que se realizou e se realiza nos três Estados do Sul, esteve também com a mesma programação nas capitais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde tiveram um tratamento, na nossa avaliação, muito diferente do que houve aqui no Paraná, principalmente com relação ao Governo do Estado. Os lavradores, em comissão, dos três Estados do Sul, estarão amanhã, juntamente com o Governador de Santa Catarina, numa audiência com o Ministro da Agricultura e o Ministro da Economia em Brasília. O que não ocorreu, da mesma forma, o apoio solicitado do Governo do Estado do Paraná.

É necessário relatar que os lavradores saíram decepcionados com a audiência que obtiveram no Palácio Iguazu com o Governador Roberto Requião e o Secretário Osmar Dias. Estando presente pudemos assistir um fato lamentável onde não se chegou a concluir as conversações tendo o Senhor Governador do Estado e o Secretário da Agricultura se retirado da Mesa, da audiência, das conversas com os lavradores após um grande desentendimento ocorrido, na nossa avaliação vindo por parte do Secretário Osmar Dias e do Governador do Estado. E por mais que os lavradores possam ter dito palavras que não sejam de sua vontade mas pelo seu hábito, pelo seu trabalho, pela sua falta de estudos não poderiam de forma nenhuma entender que um Governador de Estado, que um Secretário da Agricultura, com o posto que ocupam no Estado do Paraná tivessem a ousadia, eu diria, de até xingar lavradores por estarem de chapéu na audiência e após sérias divergências não entendidas pelo Governador, se retirando da sala, permanecendo o Secretário da Agricultura, continuando o xingamento aos

lavradores e se retirando da audiência sem solução, sem sequer chegar a uma conclusão, a um entendimento quando os lavradores lá estiveram para solicitar apoio ao Governo do Estado às atividades do movimento SOS Vida que estavam com suas reivindicações centradas ao Governo Federal, e que na discussão dos programas de reivindicação do Governo do Estado não foi nem possível chegar à discussão da pauta das autoridades federais e a audiência teve que ser interrompida pelo Governador e pelo Secretário da Agricultura que no nosso entendimento tiveram ali um desrespeito para com os lavradores que estavam sendo recebidos no Palácio Iguazu por eles em audiência.

Nos dias seguintes gostaria de ressaltar ainda que este fato não ocorreu nos outros dois Estados onde inclusive o Governador de Santa Catarina está viajando junto com os lavradores no dia de hoje para Brasília para manter audiência com as autoridades Federais. Lamentavelmente no Paraná nós não pudemos nem sequer ter a discussão com o Secretário da Agricultura e com o Governador da pauta de reivindicações do Governo Federal que os lavradores queriam o apoio do Governo do Estado para essas reivindicações.

Na sequência os lavradores tiveram as suas reivindicações apresentadas em audiência ao Inera do Paraná, estiveram também aqui na Assembleia Legislativa do Estado onde que com o apoio desta Casa se encaminhou via Assembleia Legislativa as reivindicações ao Governo e às autoridades federais como requerimento aprovador por esta Casa.

O Inera como se sabe do poder que lhe foi tirado, ou do instrumento apenas burocrático que existe como órgão e nada resolve na questão das desapropriações o Superintendente do Paraná se comprometeu em levar as reivindicações e questionar junto à Superintendência Federal para que sejam atendidas as reivindicações dos lavradores. Da mesma forma o movimento SOS vida teve audiência no Banco Central, ontem o Superintendente do mesmo deliberou junto aos lavradores, uma comissão de técnicos para se deslocar até as regiões sob a orientação do movimento e dos Sindicatos e estuda as pendências do PROAGRO que em algumas regiões do Estado está muito complicada e os lavradores estão sendo prejudicados por esse impedimento. Da mesma forma no Banco do Brasil se conseguiu discutir com o Superintendente Castilho Merlo que comprometeu-se, assumiu o compromisso de enviar a todas as agências do Banco do Estado circular para que não seja exigido a área mínima de plantio para liberação de financiamentos dos pequenos lavradores, o que estava ocorrendo em grande parte das



regiões das agências do banco do Brasil no Estado do Paraná.

Da mesma forma nenhum gerente pode exigir compromisso do superintendente do Banco do Brasil, nenhum gerente poderá exigir que o agricultor deixe dinheiro em caderneta de poupança ou em qualquer outra aplicação no banco, como vinha ocorrendo no Paraná, a troco da liberação do financiamento, gerentes de agências do Banco do Brasil para fazer com que sua agência competisse com o dinheiro no mercado, exigindo que lavradores deixassem parte de dinheiro liberado em aplicações financeiras no próprio banco, além de outras reivindicações que o Banco do Brasil, através da superintendência, deste Estado, comprometeu-se em atender os lavradores, bem como o superintendente reconheceu que a TRD cobrada dos financiamentos realizados até trinta de dezembro não podem ser cobrados, por função de uma resolução do Supremo Tribunal Federal. O Banco do Brasil assumiu que em dez dias dará um parecer se pronunciando a respeito desse fato.

Ainda houve audiência com o secretário de planejamento a respeito das frentes de trabalho para os bóias-frias e que felizmente, o secretário alega que o governo não poderá atender, pois não tem recursos para tais programas de atendimento aos bóias-frias. E também o INSS onde lavradores conseguiram um compromisso do seu superintendente de determinar às agências dos correios ou do INSS no interior do Estado de aceitarem o requerimento das aposentadorias dos lavradores aos 60 anos e das lavradoras aos 55 anos de idade, que já está aprovado na lei pelo Congresso Nacional e que o INSS não regulamentou e não havia ainda liberado nem sequer o requerimento da aposentadoria para os lavradores no Estado nessas agências do INSS.

São algumas das conquistas, dos resultados dessa grande caminhada sacrificante dos lavradores em peregrinação aos órgãos do Paraná e do governo federal para que se atendessem as suas reivindicações.

Também queremos comunicar aos Senhores Deputados, como já disse, que uma comissão de lavradores dos três Estados, inclusive do nosso Estado, representando o movimento SOS vida estará em Brasília amanhã em audiência com o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, e também com o Ministro da Economia Márcilio Marques Moreira, nas duas questões principais reivindicadas pelo movimento, que é a questão da liberação de um crédito especial com subsídio aos pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para investimentos nas suas pequenas propriedades, assim, tornando-as produtivas bem como a desapropriação das áreas que estão no Paraná, em torno de quarenta, com pedido de despejo e

reintegração de posse pela omissão do governo federal, através do INCRA, de omitir os pagamentos dos títulos da dívida agrária aos senhores proprietários.

Dentro deste mesmo tema tivemos ontem aqui na Assembleia Legislativa, também um fato muito interessante para o Paraná, onde a CPI do Congresso Nacional se instalou no Paraná praticamente por um dia todo, fazendo investigações sobre a violência no campo, que ocorre justamente pelos fatos das ocupações de terras e pelos fatos de descaso do governo, das autoridades competentes em respeito às desapropriações de áreas; às ocupações de terra, a implementação da reforma agrária em nosso país, especificamente no Paraná. Estiveram no plenarinho desta Casa, durante a tarde toda e na parte da manhã visitando órgãos da justiça do Paraná, os Senhores Deputados Roberto Rollemberg do PMDB de São Paulo, Deputada Socorro Gomes do PCdoB do Pará, Deputado Jonas Pinheiro do PFL de Minas Gerais; Deputado Alcides Modesto do PT da Bahia; Deputado José Falcão do PFL da Bahia e Deputado Valdir Ganzer do PT do Paraná, Deputados Federais componentes da CPI que investiga a violência em nosso país, estando ontem no plenarinho desta Casa fazendo o interrogatório, conversando e tomando depoimentos de várias autoridades do Paraná a respeito do que se publica na imprensa do que ocorre no Paraná sobre a violência no campo e que se dá justamente por parte, pelo fato do descaso das autoridades em relação ao problema da reforma agrária.

Vimos estampado nos jornais, todos os dias no nosso Estado manchetes que nos deixam preocupados. Ouvidos os Senhores Secretários da Segurança do Paraná, Doutor Moacir Favetti, da Agricultura Osmar Dias, o Presidente do ITCF do Paraná Vitorio Serantiuk, além de lideranças do movimento dos sem terras, do Bispo Dom Albano Cavallin, do membro do acampamento de sem terras de Ibema onde os lavradores sem terras desarmaram, substituindo assim o papel da polícia militar, da segurança do nosso Estado, um fazendeiro com metralhadoras onde os seus subordinados estavam armados com metralhadoras importadas, com armamentos pesados, um lavrador que participou desta operação de desarmamento deu depoimento à comissão de Inquérito do Congresso Nacional, além do representante da Pastoral da Terra no Paraná.

Assistindo alguns depoimentos pudemos perceber sérias contradições. O Secretário de Segurança do nosso Estado e também o Secretário Osmar Dias deram alguns depoimentos inclusive com suas palavras, o Dr. Favetti dizia que o Paraná está equilibrado socialmente, está aguentando as ocupações no osso do peito que não vê as mili-

cias privadas no Paraná.

Mesmo após tendo lhe sido entregues armamentos tirados da residência dos guardas da fazenda em Ibema, o secretário não reconhece isto. Da mesma forma o Secretário da agricultura se pronunciou dizendo de que no passado 60 milhões de dólares foram destinados à agricultura no Paraná e que grande parte destas verbas está tentando resolver uns problemas do Paraná, na questão dos assentamentos de sem terras. Se contradisse quando anuncia que o Paraná tem 400 mil boias-frias e num outro depoimento afirma que existe mais de 800 mil boias-frias no Paraná.

Enquanto as autoridades responsáveis pela implementação da reforma agrária e também pela segurança do Paraná dizem que o Paraná está tranquilo, nós vimos as manchetes dos jornais dizendo de que notícias nos deixam preocupados, algumas manchetes relatam entidades pedem fim das milícias dos fazendeiros, sem terra, CUT e CPT vão à justiça pedir aos fazendeiros que, peçam justiça no desarmamento dos fazendeiros. Delegado vai ouvir a FAEP a UDR impor armamento no campo. Manchete como: Sem terra baleado morre no hospital em Guarapuava. Sem terra vítima de pistoleiros vai ser enterrado hoje. Tiroteio em acampamento de sem terra deixa dois feridos. Pistoleiros atacam sem terra havendo o resultado de dois feridos.

São manchetes dos nossos jornais, por exemplo outra dizendo que estão dois no hospital feridos a bala por pistoleiros. Governo quer desalojar sem-terras. O massacre de Lerroville leva 15 pessoas para o hospital. Manchetes como estas que mostram os jornais publicando, ou melhor, pistoleiros pagos por fazendeiros encapuzados apresentando suas armas. Jornais denunciando que a contratação de pistoleiros inflaciona os seus salários no norte do Paraná. São manchetes que se contradizem com os depoimentos das autoridades do Paraná, realizadas ontem à CPI da violência do Congresso Nacional e que nos levam a algumas conclusões: as autoridades estão escamoteando diante dos problemas existentes no nosso Estado; tanto as autoridades estaduais como as autoridades federais, porque o problema todo gerado se dá por uma única causa: a falta de vontade política das autoridades competentes em realizar a reforma agrária em nosso país e por que não, concretamente, no nosso Estado. Queremos além disto denunciar esta contradição ocorrida e que temos a certeza que após ouvir inclusive uma pessoa despejada do acampamento de Lerroville, com a perna quebrada, já há dois meses enfaiçada, sendo, depondo à comissão dizendo que após ter sido atirada na perna, ter sido obrigado a deitar no chão, os policiais, um

policia! pisou em cima da sua perna que já estava enfaiçada pelo tiro e fazendo piorar ainda a situação e esta pessoa se encontra há dois meses praticamente inativa por um caso que se desconhece pelas autoridades como violência. São fatos lamentáveis e que nós temos a certeza e queremos ficar torcendo para que a Comissão do SOS vida, em Brasília, consiga os resultados desejados na solução dos problemas da reforma agrária e dos pequenos lavradores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Albino Corazza com a palavra.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Ocupo a Tribuna neste Pequeno Expediente para fazer um registro dos temas e dos assuntos que foram abordados por S. Santidade o Papa João Paulo II, que durante 10 dias percorreu o Brasil. Foram 17 sermões, 8 homilias e 2 saudações carregadas de muita fé e emoção. Falo das suas mensagens porque as mensagens do Papa são atuais e merecem atenção da classe política brasileira para que este país encontre um caminho mais justo e mais fraterno. Começando em Natal o Papa falou sobre as migrações em busca de oportunidade de trabalho e de realizações. No Maranhão falou sobre a reforma agrária e uma melhor distribuição da terra para que todos possam ter um futuro melhor. Em Brasília falou sobre a nova sociedade, mais justa e harmônica. Em Goiânia fez e destacou a necessidade da integração de todos para uma vida em comunidade. Em Cuiabá falou sobre o meio ambiente. Em Campo Grande sobre a família. Em Florianópolis sobre a vocação brasileira para a santidade. Em Vitória falou sobre a criança. Em Salvador no encerramento da sua caminhada pelo Brasil falou nos seguintes termos a mais de 5 mil brasileiros: "não pode e nem deve haver criança abandonada, nem criança sem lar, nem meninos e meninas de rua; não pode e não deve haver crianças usadas pelos adultos para a imoralidade, para o tráfico de drogas, para as pequenas e grandes infrações, para a prática do vício; não pode e não deve haver crianças amontoadas em centros de triagem e casas de correção; não pode e não deve haver - é o que diz o Papa -, que pede e exige em nome de Deus e de seu filho, que foi também criança; não pode e não deve haver criança assassinada, eliminada sob o pretexto de prevenção ao crime, marcada para morrer".

Para finalizar, Sua Santidade pede e deseja que todos, cada um no seu âmbito humano, religioso, profissional e político, assegurem algum fator capaz de rever-

ter a triste situação de milhões de crianças marginalizadas.

Faço esse registro e quero me ater a três pontos que considero fundamental para que este País possa ter um futuro melhor à juventude brasileira. Em Natal, falando à conferência nacional dos Bispos, falou sobre a dívida externa brasileira, e afirmou que não é justo que se pague a dívida externa com a fome do povo brasileiro. É o que nós defendemos sempre. O nosso partido tem defendido, e Leonel Brizola sempre se manifesta sobre a sangria internacional; e acreditamos que para que solucione essa questão do ônus da dívida externa seria necessário que em primeiro lugar houvesse uma auditoria para que se conhecesse a realidade e o valor exato dessa dívida externa.

Queremos destacar também a questão da reforma agrária. O Papa fala que é contra as invasões. Nós também nos declaramos totalmente contrários às invasões, mas é necessário que o governo tenha vontade política e não espere que a situação fique no ponto que chegou. É preciso vontade política para distribuir a propriedade, e nós, do PDT, registramos que há trinta anos atrás Leonel Brizola do Rio Grande do Sul fez a primeira reforma agrária real neste País distribuindo mais de 1000 pequenas propriedades aos agricultores do Rio Grande do Sul.

Para concluir, Senhor Presidente: e da criança também nós temos orgulho de afirmar que Leonel Brizola sempre se preocupou em defender a criança, é o seu amor maior. Estão aí os CIACs a nível nacional para dar melhores condições de formação integral à criança brasileira.

Fazemos este registro e destacamos a importância desses temas, que cada político brasileiro possa ter a certeza que, lutando por uma sociedade mais justa e humana, é um dever do político e um dever do cristão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Mario Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem se encerrou o prazo regimental para entrega das emendas ao orçamento de 1992.

"Senhor Presidente, Senhores Deputados. A evolução legislativa do processo orçamentário..."

(fotocópia anexa)

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

A evolução legislativa do processo orçamentário tem aspectos que merecem ser

registrados, como a reincorporação do Poder Legislativo na coautoria, acompanhamento e efetiva fiscalização orçamentária da União, dos Estados e dos Municípios. É por isso que desejo chamar a atenção dos Senhores Deputados para a discussão e análise da Proposta do Orçamento para 1992, encaminhada a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião.

Dirijo um apelo especial à Bancada Governista para que me acompanhe na análise que procederei sobre a iniciativa governamental, afim de que os Senhores Deputados dos partidos de sustentação do governo nesta Casa possam colaborar nesta iniciativa de aperfeiçoar a proposta governamental e de defesa dos interesses maiores do nosso Estado e da sua população.

Segundo o art. 6º, o Executivo fica autorizado a proceder trimestralmente a correção dos valores dos Orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e programação orçamentária global das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Essa correção, se aprovado esse dispositivo, confere ao Executivo a possibilidade de corrigir os valores de todo o Orçamento, de Cr\$ 2,157 trilhões, trimestralmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

Caso no primeiro trimestre do próximo ano haja uma variação acumulada de 80%, o Executivo pode, mediante a correção dos valores, elevar o montante global de Cr\$ 2,157 trilhões para Cr\$ 3,882 trilhões - uma correção de valores de Cr\$ 1,726 trilhão.

Essa hipótese não pode ser descartada em vista da aceleração do processo inflacionário e da reduzida possibilidade de reversão do quadro atual a curto prazo.

Ficaria o Executivo, dessa forma, com margem de manobra muito grande, sem que tivesse a necessidade de consultar a Assembleia sobre que tipo de atividade e projetos teriam de fato prioridade uns sobre os outros.

Ficar a Assembleia à margem dos grandes objetivos paranaenses, repetindo os cheques em branco ao Executivo que esta Casa deu no passado, sobre o endividamento do Estado, que cresceu rapidamente nas duas administrações que antecederam a Requião - os governos Richa e Álvaro Dias, quando Deputados Estaduais não quiseram ouvir as oportunas advertências formuladas pelos Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira, então líder da Oposição, e Basílio Zambusso, líder do PFL.

Hoje, Senhores Deputados, é comum ouvirmos em nossas bases eleitorais e nos registros da imprensa, as acusações de co-responsabilidade dos Senhores Deputados

pelo endividamento do Paraná.

Não podemos, e nem tampouco devemos dar esse cheque em branco ao Executivo, não porque esteja hoje no Palácio Iguazu o Senhor Roberto Requião, que não teve ainda suas contas como Prefeito de Curitiba, aprovadas pelo Tribunal de Contas.

Hoje, Senhores Deputados, a opinião pública, os meios de Comunicação Social, a sociedade civil organizada, exigem maior atuação fiscalizatória deste Poder.

O povo está cobrando que estejamos vigilantes no cumprimento da tarefa primordial do Poder Legislativo, que é a fiscalização dos atos do Executivo.

Não basta termos uma Comissão de Fiscalização, nos termos do Regimento Interno, se ela não atuar eficazmente.

O povo exige que cumpramos nosso dever, que exerçamos uma fiscalização eficaz sobre o uso dos recursos públicos.

Sobre a correta aplicação do dinheiro pago em impostos pelo povo paranaense. Nada de cheques em branco ao Executivo.

O povo quer vigilância, fiscalização. Os Deputados, a Assembléia, não podem se omitir. Fiscalizar o Executivo é nossa função. Temos de cumprí-la. Chega de omissão!

Como a Assembléia tem-se omitido, o Executivo avança, toma espaços que são dos Deputados, da Assembléia Legislativa.

Vejam Senhores, pretende mais o Executivo além do art. 6. Além dessa autorização, do cheque em branco solicita o Governador Requião, pelo art. 7º, autorização para abrir créditos suplementares destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive de convênios, e pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal 4320.

Tratam-se de suplementações por excesso de arrecadação e por cancelamento de despesas com sua transposição.

Ora, Senhores Deputados, pelo art. 6º, o Executivo pede autorização para corrigir os valores globais dos Orçamento Fiscal, da Administração Indireta e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Quer dizer sobre o montante total do orçamento.

Pretende ainda autorização para mais suplementação nesses casos mencionados no art. 7º o que configura uma dupla suplementação.

Mas o Executivo avança muito mais. No art. 8º solicita autorização para abrir créditos suplementares decorrentes do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, fontes vinculadas e de receitas próprias da administração indireta. Pelo art. 6º, já estaria autorizada a corrigir os valores com base na variação do INPC, para todo o orçamento e

pretende ainda suplementar a administração indireta com o excesso de arrecadação.

E Requião vai mais adiante: pelo art. 14 quer autorização para créditos suplementares até 15% das dotações previstas, excetuadas as já concedidas pelo art. 7º.

Mais cheque em branco ao Executivo. Nada disso, Senhores Deputados, nada de cheques em branco, exigimos que a Assembléia seja ouvida, seja consultada.

Exigimos que os Senhores Deputados também sejam co-responsáveis - como estabelecem os princípios constitucionais - pelo exame, análise, discussão e aprovação dos projetos prioritários para o desenvolvimento do Paraná e para a correta aplicação dos recursos públicos, pagos pelo desfalcado bolso do contribuinte, hoje massacrado pela política perversa do Presidente Collor, que já empobreceu ainda mais os paranaenses e os brasileiros de um modo geral.

Atentem para este fato: se aprovarmos a correção pelo art. 6º e se esta atingisse 80%, nesse caso o Executivo teria autorização para suplementar mais 15% sobre o novo valor, de CR\$ 3,88 trilhões.

Permitam-se os Senhores Deputados que lhes faça algumas observações sobre a proposta do executivo, com o objetivo desta Assembléia poder vir a aperfeiçoá-la contra o pretendido desperdício dos poucos recursos de que hoje dispomos para os tão necessários investimentos do governo paranaense, afim de que o nosso Estado possa retomar o desenvolvimento e sair da estagnação em que nos encontramos.

Vejam bem, Senhores Deputados: há no orçamento uma provisão de quatro bilhões de cruzeiros da Secretaria da Fazenda para aumento do capital social do BANESTADO.

Isso é uma das grandes imoralidades do Governo Requião. Usar os recursos públicos para tapar o buraco, o rombo, causado pelos débitos das empreiteiras que prestaram favores financeiro-eleitorais aos candidatos do PMDB nas últimas eleições e depois fizeram empréstimos no BANESTADO e não pagaram.

Débitos que foram para os chamados "créditos em liquidação". Isso é roubalheira com o dinheiro do povo. Tirar, arrancar, roubar dinheiro dos impostos, que os contribuintes pagam para que o Estado possa financiar obras públicas de saúde, educação, segurança, água e esgotos e recuperação de estradas, para cobrir a roubalheira com as empreiteiras que deram o tombo no BANESTADO com a conivência de Alvaro Dias e Requião. Ora, Senhores Deputados as empresas quando querem aumentar o seu capital recorrem ao público, mostrando os seus resultados positivos e êxitos administrativos.

O que poderá oferecer a administração

do primo-irmão? São incompetência, um prejuízo fantástico de 16 bilhões, conforme denuncia o jornalista Luiz Geraldo Mazza, através de sua coluna na "Folha de Londrina".

Agora querem os mágicos do regime Requião, roubar os impostos no valor de quatro bilhões de cruzeiros para tapar o rombo no BANESTADO. É nossa obrigação, Senhores Deputados, impedir que esse crime contra o bolso do contribuinte se consuma. Nós, todos nós, homens com responsabilidade perante o povo de nosso Estado, independentemente de partidos, devemos dizer um rotundo "BASTA" a tanta incompetência e safadeza. Não podemos permitir que esses quatro bilhões de cruzeiros sejam tirados da boca das crianças famintas do Paraná, que são milhões, para cobrir o roubo dos corruptos e incompetentes.

O "banco sem banqueiro", o banco dos prejuízos de 16 bilhões de cruzeiros, que trate de ser melhor administrado. Administrado com competência, como desejam aqueles Senhores Nilton Hirt Mariano, presidente do Grupo de Gerentes de Divisão BANESTADO; Paulo Roberto Barbieri, representante dos Gerentes de Departamento do BANESTADO; Walmor Pícolo, representante dos funcionários no Conselho da Administração do BANESTADO, e Gelson Luiz, presidente em exercício da Associação BANESTADO.

Esses Senhores escreveram-me referindo-se ao meu discurso anterior, quando denunciei que a demora na publicação do balanço relativo ao primeiro semestre estava demorando porque se buscava uma fórmula de fechamento, e enfatizei que, diante do enorme prejuízo, estava na hora de Requião mandar embora, mandar para casa os seus parentes incompetentes e que chamasse os funcionários competentes que o BANESTADO tem, e são milhares deles, ou então, os banqueiros competentes que deram lucros ao BAMERINDUS.

Esses gerentes precisam mesmo de ajuda externa, eles tem a minha solidariedade, para que possam assumir a direção do BANESTADO contra a presença da pelegada política que Requião lá está pondo.

É isso mesmo: Nilton Mariano, Roberto Barbieri, Walmor Pícolo e Gelson Luiz, unam seus esforços para banir do BANESTADO, os incompetentes.

Estou com vocês nessa luta. Vamos recuperar o BANESTADO, vamos transformá-lo em um banco de banqueiros e não permitir que continue sendo um banco sem banqueiros competentes. É chegada a hora da limpeza. Porém, nós Deputados Estaduais, não permitimos que o dinheiro dos impostos seja desviado para cobrir rombos, rombos dos empreiteiros milionários e das campanhas políticas de Requião. Por isso, Senhores Deputados, apresentei emenda com o objeti-

vo de evitar o desvio do dinheiro público para cobrir o rombo da administração de Requião. É uma emenda corretiva. Uma emenda de moralização dos costumes que estão sendo desmoralizados com esse propósito de Requião de desviar o dinheiro dos impostos para cobrir o roubo da incompetência, da safadeza, da corrupção política.

Na Secretaria de Comunicação Social as despesas correntes estão orçadas em um bilhão 553 milhões e 300 mil cruzeiros. São para gastos com divulgação oficial, propaganda do Requião, estão sendo orçados um bilhão e 400 milhões de cruzeiros. Enquanto falta dinheiro para recuperar escolas, estradas, pagar professores, soldados da Polícia Militar, enfim melhorar os salários miseráveis pagos ao funcionalismo, sobram recursos para o endeusamento do príncipe. Nada disso! Vamos cortar o dinheiro para cortejar as vaidades de Requião e tratar de dar recursos para alimentar as crianças famintas do Paraná. Vamos dar recursos para a educação, para melhorar o Colégio Estadual do Paraná que está abandonado. Tirar o dinheiro da propaganda de Requião para o verdadeiro interesse público. Nesse sentido estou apresentando emenda.

Outro aspecto a ressaltar na proposta de Orçamento é que para o transporte aéreo da Chefia do Poder Executivo está prevista uma dotação de 163 milhões e 780 mil cruzeiros. Vejam o desperdício de Requião. Com esse dinheiro é possível fazer-se QUINHENTAS!!! viagens de ida e volta a Brasília em avião de carreira. Pelo visto Requião vive mesmo é no ar.

Outro absurdo é tirar do bolso do contribuinte a quantia de seis bilhões e 700 milhões de cruzeiros para a Ferroeste. Requião não disse que ela seria construída pela iniciativa privada? Disse-o. Agora quer tirar dinheiro do povo, seis bilhões e 700 milhões de cruzeiros para encher as burras das empreiteiras. Antes de dar o dinheiro do povo para esses barões, aqueles da concorrência dirigida, deveria explicar à Assembleia Legislativa a roubalheira das indenizações na região de Guatapuava, onde o projeto original foi alterado para que os trilhos da Ferroeste passassem em terrenos alagadiços, que foram desapropriados e prontamente pagos. Essa gravíssima denúncia, formulada pela "Folha de Londrina" não foi explicada até hoje. Agora para tapar essa roubalheira querem mais seis bilhões e 700 milhões de cruzeiros. Digamos não, Senhores Deputados, à corrupção que avassala o Paraná. Além de projeto visionário é ninho de corrupção. Falta dinheiro para pagar o funcionalismo, porém não falta dinheiro para essa corrupção. Seis bilhões e 700 milhões de cruzeiros para a obra faraônica. Digamos outro



"não" à corrupção. Precisamos, isso sim, criar uma CPI para investigar de forma profunda o que aconteceu com a Ferroeste. Vamos apurar esses crimes, Senhores Deputados, é o nosso dever, é nossa obrigação. Vamos por em funcionamento a Comissão de Fiscalização, convocando imediatamente os dirigentes e empreiteiros-sócios da Ferroeste, para que informem sobre os negócios que estão sendo realizados com recursos públicos nessa empresa. Vamos exigir uma detalhada prestação de contas. Isso nós devemos fazer imediatamente, antes que acabem roubando até o último centavo.

Na proposta de Requião, falta detalhar como serão aplicados os sete bilhões de cruzeiros provenientes dos royalties. Já está na Assembleia um Projeto do Deputado Neivo Beraldin. Esses recursos são canalizados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico. Precisamos saber, é nosso dever estarmos informados pelo Poder Executivo, como o BANESTADO administra agora esse Fundo, administrado anteriormente pelo BADEP.

Na longa série de desmandos revelados na proposta orçamentária, verifica-se na página 74 a provisão de 160 milhões de cruzeiros para planejar e executar concursos públicos para preenchimento de cargos e empregos públicos. Ora, Senhores Deputados, o Governador não tem dito que a época é de contenção? Então como explica gastar 160 milhões de cruzeiros para mais empregos públicos? Evidentemente que Requião não sabe o que está fazendo. Diz uma coisa e manda à Assembleia outra. O Governador precisa pelo menos ler o que lhe estão impingindo os seus medíocres secretários de Estado.

Ao analisarmos a proposta orçamentária de Requião verificamos outros absurdos. Há dinheiro para mordomia à beça. Só a administração do gabinete do Secretário da Segurança vai consumir 135 milhões e 940 mil cruzeiros. Dinheiro para melhorar o salário do pessoal da Polícia Civil e da Polícia Militar não há, mas sobra para as mordomias dos Secretários de Estado.

Na FUNDEPAR, dirigida pelo segundo-irmão, Maurício Requião de Mello e Silva, na página 240 da proposta de Orçamento, há dotação de dois bilhões 836 milhões de cruzeiros para construção e equipamento de cinco escolas integrais.

Ao câmbio de um dólar - a 300 cruzeiros, valores de maio deste ano quando foi elaborada a proposta, cada escola custará perto de um milhão e 800 mil dólares, mais do que os faraônicos CIACs do Collor e Alcení Guerra. Como Requião anda muito entusiasmado e até foi a Brasília com Canet e Fantin, é bem possível que a DM e a Habitação já sejam previstas como as empreiteiras que vão construir os CIACs do Requião.

Na Casa Civil, outro absurdo: dotação de um bilhão e 800 milhões de cruzeiros para atender despesas com pessoal.

É longa a lista de absurdos que Requião pretende cometer com o dinheiro do povo. A proposta orçamentária é mesmo um retrato fiel do desgoverno de Requião. Vejam esta, Senhores Deputados: na página 196 da proposta de Requião, estão alocados recursos no montante de 109 milhões e 250 mil cruzeiros para a Ouvidoria Geral do Estado. A Ouvidoria que nada ouve. Ouvidoria que é surda. São nove milhões de cruzeiros por mês. O que faz a Ouvidoria, que estrutura mantém para justificar despesas dessa natureza? Ela se incumbe de analisar licitações, mas como foram dispensadas concorrências, por inspiração do primeiro-irmão Eduardo Requião, até o montante de um milhão de dólares, é razoável supor que a Ouvidoria não tenha tanto trabalho assim, que exija uma equipe que custe nove milhões de cruzeiros por mês. E a Secretaria de Administração não atua nessa área?

Os Senhores viram quanto desperdício com o dinheiro público?

Resta-nos chamar o chefe do Executivo à responsabilidade. Vamos corrigir esses absurdos. Essa responsabilidade é de todos nós, Senhores Deputados. É da Mesa, que precisa fazer funcionar a Comissão de Fiscalização.

Requião jurou em seu discurso de posse: Vou fazer um governo com orçamento elaborado de forma transparente. Um orçamento aberto às vistas, ao debate e à contribuição da sociedade. Para que decidamos juntos onde, como, quando e por que investir recursos que nós mesmos produzimos.

Chegou a hora de exigir o cumprimento desse juramento.

Vamos fazê-lo, Senhores Deputados, com independência, com altivez, com dignidade, em cumprimento do mandato que o povo paranaense nos outorgou. É o que nos incumbe. É nosso dever, dever imperioso, corrigir essas loucuras do Requião. Ele prometeu ao povo paranaense que faria um governo transparente, mas na verdade o que Requião está fazendo é o governo dos "transparentes".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício de n° 065/91, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rossinha, constante do expediente, justifi-



cando sua ausência nas Sessões Plenárias compreendidas no período de 07 a 18 próximo passado.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando sua renúncia à Liderança do PDT, nesta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 351/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, declara de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO BATALHÃO SUEZ-REGIONAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 391/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX PESSOA, declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PARÓQUIA de Leopólis, situado na Cidade de Leopólis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 405/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a UNIÃO SOCIAL CAMILIANA - USC, com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL CENTRO-NORTE DO PARANÁ - SECENP, com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de Astorga, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/91, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS - A.P.A.D.A., com sede e foro na Cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 442/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, declara de Utilidade Pública o CLUBE CULTURAL E RECREATIVO TEUTO BRASILEIRO DE MARINGÁ, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 443/91, de autoria do Deputado ALBINO COZZA NETO, declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS da Diocese de Toledo - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 444/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DOS BAIRROS: JARDIM PAULISTA, NOVA PAULISTA, DOM BOSCO e SAN REMO, com sede e foro no município de Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 022/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO e outros, altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das Sessões Públicas do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, com PARECER CONTRÁRIO da Comissão Executiva.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/91

#### P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 (Seção I - Das Sessões Públicas) do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A Comissão Executiva já exarou parecer favorável ao mesmo. A proposição retorna a esta Comissão Executiva para que seja apreciada Emenda Substitutiva Geral de autoria dos nobres Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

A matéria mereceu exame atento, inclusive comparativo com a proposição original e com o texto atualmente em vigor. Mantém-se a opinião de que as alterações propostas pelo nobre Deputado Erondy Silvério não são as que melhor atendem ao processo de agilização dos trabalhos no Douto Plenário.

Assim sendo, destacando-se o mérito da proposição do nobre Deputado, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(a) Comissão Executiva

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Resolução nº 22/91.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Esse Projeto, pelo que consta, foi por diversas vezes retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ele foi retirado na primeira discussão, cabe requerimento na segunda.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Esa. quer encaminhar o requerimento ou encaminhar a discussão da matéria.

O SR. ERNANI PUDELL - A discussão, então.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então está em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Confesso que este momento é para mim, talvez, um dos momentos de maior decepção que tive para com a atividade do Parlamento. Eu não precisaria aqui enumerar a Vossas Excelências, a dificuldade com que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, assiste quase que diariamente, a derrota de suas proposições frente à desproporção existente, entre os parlamentares comprometidos com a luta dos trabalhadores e àqueles parlamentares de posições mais conservadoras.

Não foram poucas as vezes em que chegamos a nos questionar sobre a validade ou não de participarmos deste Parlamento. Parece-nos sempre que aqui estamos, mais para legitimar e dar um aspecto democrático a esse Parlamento, do que propriamente termos capacidade real de influir nas decisões. Apesar disso se firma a convicção, a nível hoje, talvez, até da própria humanidade, sobre a importância dos Paramentos para o desenvolvimento da democracia no mundo. Mesmo tendo posições minoritárias, mesmo vendo reiteradamente as suas posições sendo derrotadas por força da maioria democrática, mesmo assim o Parlamento reserva o direito de expor as posições contrárias, de denunciar, de cobrar.

Acredito que algumas contribuições já fizemos de interesse do Paraná, nesta tribuna. Vejam, por exemplo, a alteração do decreto que reajustava os créditos das empreiteiras no Paraná, que foi modificado pelo Governador do Estado, que reconheceu o erro no decreto original. Quando denunciávamos aqui também embutido na lei da

microempresa uma facilidade de aumento do prazo de parcelamento para pagamento dos débitos com ICMS, esta denúncia fez também com que o Governo do Estado do Paraná publicasse um decreto regulamentando e tornando mais transparente a concessão destes parcelamentos por prazo de até 60 meses. Acredito que algumas contribuições demos ao Paraná desta tribuna.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nunca o Poder Legislativo foi tão atacado em nossa sociedade como agora. Ainda pagamos o ônus de sermos o Poder que fica entre o todo poderoso poder central da União, com a Presidência da República, com o Congresso Nacional e somos um Poder que estamos no meio, que é onde se realizam as ações concretas, o contato direto com a população, onde se realiza o grosso dos serviços públicos que atendem o cotidiano da população. Estamos situados neste meio. E vejam a pobreza das prerrogativas que esta Casa tem. Hoje, coincidentemente, estamos votando doze itens na pauta. Onze itens são declarações de utilidade pública que sequer necessariam estar aqui sendo votados neste Plenário. Onze itens de declaração de utilidade pública, Sr. Presidente!

Nestes dias um jornal fez as contas e descobriu que para cada projeto de declaração de utilidade pública, para manter o Poder Legislativo do Paraná, se gasta em torno de 47 milhões de cruzeiros. Eu me pergunto se ao ser aprovado este projeto em pauta, se não seria o caso de talvez definitivamente fecharmos as portas da Assembleia e repassarmos este dinheiro direto para as entidades que prestam assistência social. Confesso que se acabar com o debate na Assembleia Legislativa do Paraná, terei vergonha de receber o meu salário como Deputado. E peço a uma das pessoas que subscreveu este projeto, decano desta Casa, uma figura pública que se confunde com a própria história do Parlamento no Paraná, Deputado Erondy Silvério, talvez hoje no último dos seus muitos mandatos, que retire a sua assinatura deste projeto, que não passe para a história do Paraná como um coveiro do Poder Legislativo.

Mais do que isto, Sr. Presidente, o outro que hoje quer calar a voz das minorias neste Parlamento, que se elegeu às custas da palavra, porque tem o privilégio de ter um programa de rádio, que a maioria daqui não tem, de falar com o povo... Imaginem, Srs. Deputados, se amanhã estivéssemos aqui votando uma lei proibindo que os parlamentares tivessem o seu programa de rádio e televisão. É a mesma violência àqueles que não têm o rádio e a televisão, que não têm o poder econômico e só têm esta tribuna como sua arma para debater as

suas posições. Srs. Deputados, o que restará ao Parlamento do Paraná? Onde temos uma maioria do Governo que tem praticamente homologado a vontade do Poder Executivo. Onde nós temos um Parlamento que assiste impassível o Governador do Estado Governar por Decretos. O que é que restará ao Poder Legislativo do Estado do Paraná com a aprovação deste Projeto? Senhores Deputados, restará talvez, a alguns, a vergonha na cara e a dignidade de talvez até renunciar aos seus mandatos, porque não sei o que faremos aqui. Eu quero fazer um apelo, Sr. Presidente, eu defendo a votação desse Projeto hoje, chega de termos sob nossa cabeça uma espécie de censura que a cada dia que vem um Deputado nessa Tribuna e faz algum pronunciamento que fere alguns interesses corporativos se desengaveta esse Projeto e se mantém como uma espada, como que a dizer: se comporte ou nós vamos acabar com os debates na Assembleia Legislativa do Paraná. Eu até quero dizer que cansado já estou de tanto dar murro em ponta de faca talvez até não me importarei a nível pessoal de ter que não usar mais essa Tribuna. Agora, acho que o Poder Legislativo naquele pouquinho que tinha de respeito à opinião pública acho que tende a se comprometer ainda mais.

Sr. Presidente, estamos votando hoje, onze declarações de utilidade pública que não eram para estar na pauta, onze, e um Projeto de Resolução que acaba com o debate dentro da Assembleia Legislativa do Paraná. Vossa Excelência Sr. Presidente tem dito pela imprensa que o Paraná é um exemplo, o Poder Legislativo é um exemplo de agilidade, que nós não temos matérias sobrecarregando esse Plenário, a pauta é uma prova disso, qual é a justificativa principal da agilização dos trabalhos? Está aqui. Está desmentida com a pauta do dia de hoje. A necessidade não existe. Existe Srs. Deputados a necessidade de preservarmos o direito de todos a exporem as suas posições. A Bancada do Governo usa o seu poder de maioria para aprovar os seus Projetos que convêm ao Executivo. Mas a democracia permite que a oposição cobre, que a oposição critique, aponte os erros, e muitas vezes tem contribuído com o próprio Governo. A Bancada do Governo não interessa o debate, mas eles têm o poder nas mãos, e o Poder Executivo tem os recursos, a capacidade de se impor, deixe a Oposição com a única arma que tem que é o poder da crítica, da divergência, é isso que permite o desenvolvimento da democracia, por isso faço um apelo hoje Sr. Presidente, a Vossa Excelência, à Mesa diretora dessa Casa, que se posicionem contra esse Projeto definitivamente, que votemos aqui hoje contra o Projeto. Peço aos Deputados auto-

res dessa proposta humildemente que retirem ou peçam o arquivamento definitivo desse Projeto, em respeito a esta Casa que os abrigou tantos anos, tantas as vezes, ao outro autor dessa proposta a ele que se elegeu com um rádio, com o Poder da palavra que não casse a palavra daqueles que só têm esse espaço para falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu gostaria de colocar a minha posição quanto à esse projeto e gostaria também de pedir ao Deputado autor que, com uma atitude humilde, retirasse esse projeto de votação, porque isso aqui vem contra tudo o que pregamos em praça pública. Eu como Deputado que inicio o meu trabalho aqui nesta Casa, não posso admitir que aconteça isso, porque nós que fazemos oposição nesta Casa já temos grande dificuldade de receber aqui as respostas dos nossos posicionamentos. Por muitas vezes fizemos denúncias sérias, não recebemos em nenhum momento a resposta devida ao assunto. Com a aprovação deste Projeto, estaremos, a partir desta Sessão, aprovando isso, falando às paredes, porque ficará cômodo ao Governo, ficará cômodo ao Líder do PMDB, porque ele nunca precisará estar aqui nesta Sessão respondendo as posições da Oposição.

Eu, como Deputado, jamais imaginei que um projeto como esse poderia chegar a esta Casa; jamais também, nós que estamos aqui aprovando, como disse o Deputado Ernani, projetos de utilidade pública, ficaremos nesta Casa por cinco ou dez minutos. Então, poderíamos emendar este projeto para que nós nos reuníssemos a cada seis meses por duas horas, porque, aí sim, será o correto porque não teremos o que fazer nesta Casa.

Coloco a minha posição contrária e peço aos Srs. Deputados desta Assembleia que todos votem contra para que possamos fazer aqui, o nosso trabalho condignamente.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, terá sido um mau agouro esta falta de som no exato momento em que se discute a possibilidade da supressão da palavra sobremaneira, das oposições, em especial de todos e de cada um dos Deputados, pela transformação da sessão num rito sumário?

Eu também apelo ao Deputado Erondy Silvério no sentido de que se preserve o espaço do Grande Expediente. Os quinze minutos, somados ao Horário das Lideranças, antes das votações, quando se trata de matéria de alta indagação, nem sempre serão

suficientes para a exposição dos interesses legítimos do povo.

Vejam, há relatórios que são feitos aqui da situação salarial dos nossos funcionários, há relatórios extensos de injustiças clamorosas cometidas no interior do Estado que nem sempre cabem no poder de síntese de um pequeno discurso; há projeto de interesse público, muitas vezes até do interesse dos Deputados que compõem a Bancada do Governo.

E haverá, eu quero vaticinar aqui, o momento em que os Deputados da Bancada do Governo tentarão dizer ao governante, lá no Palácio Iguagu, que não é lícito fazer esta ou aquela coisa e, em não sendo recebidos nos meandros, nas alcovas do Poder, precisarão da Tribuna da Situação ou da Oposição para desenvolverem o seu raciocínio.

Na verdade este Grande Expediente depois da Ordem do Dia transformará a Assembléia numa espécie "speak-corner", de esquinas, lá de Londres, onde lá, Senhor Presidente, na Capital da Inglaterra, debaixo de um arco de mármore, os loucos discursam, falam ao vento para satisfazerem ao seu próprio ego.

Talvez seja até mais barato, em se suprimindo o Expediente, se transferir a Assembléia do Paraná, com direito com ingresso para "O Fantasma da Ópera", a passeio por "picadilly circus" pela interessante capital da Inglaterra, porque, daí, já teremos aqui a "speak-corner" onde, a exemplo do João Batista, clamaremos os Deputados do Paraná, reduzidos, no deserto do Plenário vazio.

É fundamental, do meu ponto de vista que se preserve o espaço do Grande Expediente, que se preserve o resquício de democracia que existe neste parlamento e neste sentido eu apelo ao Deputado Erondy Silvério que elimine esse processo, que de resto transforma as nossas sessões num rito sumário e assim pode até nos minimizar.

Pode Sua Excelência vir argumentar que melhorando o conteúdo, se espremendo os discursos com o poder da síntese, se assegurará o direito de defesa do povo legítimo, mas eu não tenho nenhuma dúvida que qualquer redução do rito do parlamento aos olhos do povo, será vista como uma cassação branca dos nossos próprios mandatos.

Quando os senadores de Roma entregaram de vez o poder do seu parlamento ao Imperador Calígula, eles depressa reduziram o horário da sessão e imaginando que o imperador não lhes ia cassar os privilégios eles acabaram todos no funeral da mulher irmã do imperador que tinha chegado a tal ponto de decadência moral que acabaram todos por debaixo de um espesso véu negro que o imperador fez despencar do alto do Senado para engolfá-los a todos, exatamente

te dando idéia de que aquele falatório do senado não era importante para o poder do príncipe.

Há duas formas de poder, um poder que deriva da força, da autoridade, do executivo. Há um outro poder que deriva da inteligência, há uma autoridade, um múnus de autoridade que deriva da vontade do povo e do consenso.

Eu desafio a bancada do governo a se pronunciar contrária a esse projeto, em defesa das lideranças democráticas e como atestado do espírito democrático do Governador Roberto Requião que ao seu tempo e a sua vez foi brilhante tribuno nesta Assembléia às vezes até demorado tribuno nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, fui um dos primeiros Deputados a se pronunciar contrário ao Projeto de Resolução subscrito por vários Deputados nesta Casa e considero o assunto realmente polêmico como se verificou estamos com apresentação e com aprovação, se ocorrer desta resolução, nós vamos alterar todo funcionamento do plenário desta Casa, portanto quer-me parecer que o requerimento do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que solicita que se postergue por mais três dias a discussão da matéria, deve ser considerado.

Eu quero manifestar-me então favorável que se retire novamente e agora conforme a propositura do Deputado Tadeu, por três dias, para que as lideranças juntamente com a mesa ache uma solução se for o caso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério para encaminhar o requerimento do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, o nobre Deputado Rafael Greca falou na esquina dos Loucos na Inglaterra, falou no Imperador, falou na mulher do imperador, na cunhada do imperador, quer dizer fantasia, como ele sempre fantasia as coisas, mas prova mais uma vez que ele falou sem ler, nem o projeto de resolução e nem o substitutivo do PT, pelo contrário aumenta o tempo que cada parlamentar terá para discutir os seus assuntos nesta Casa.

Agora eu concordo plenamente que se retire, concordo que se estude, apesar que o projeto repito não é de minha autoria, é de diversos Srs. Deputados, então não cabe a mim pedir o seu arquivamento.

Eu concordo que se retire que se es-

tude novamente, agora não concordo quando vem fantasiar aqui besteiras, falar besteira, falar asneira como falou o Deputado Rafael Greca.

Isso que eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente o projeto de Resolução tem o parecer da Mesa favorável, porque ele não tira de ninguém o direito de falar, apenas transferindo o Expediente, o Grande Expediente e a Hora das Lideranças para após a votação da matéria é difícil ficar algum Deputado, a menos que tenhamos aqui um Demóstenes para atrair a presença dos Deputados. Mas a Mesa também concorda com o adiamento e vai submeter a votos.

Os Srs. Deputados que aprovam o adiamento por três Sessões conservem-se como estão.

(Pausa).

Aprovado.

O Sr. Secretário da Saúde, Dr. Nizan Pereira, encaminhou Requerimento à Mesa da Assembleia solicitando mais trinta dias de prazo para responder ao Pedido de Informação do Deputado Dr. Rosinha. A Mesa não vê inconveniente nenhum no adiamento desde que o Secretário dê uma satisfação à Assembleia, mas vai consultar o autor dos Requerimentos se concorda.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, é o segundo pedido de adiamento do mesmo Requerimento ou é de outro Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. É o mesmo Requerimento, só que a Mesa não tinha anunciado que este Requerimento se encontrava sobre a Mesa.

O SR. DR. ROSINHA - É o primeiro pedido, então?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o primeiro pedido.

O SR. DR. ROSINHA - Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está adiado por trinta Sessões.

A Mesa apela ao Deputado Líder da Bancada do Governo que submeta aos Senhores...

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, são trinta dias, não trinta Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta dias. Vossa Excelência comunique ao Sr. Secretário as disposições constitucionais. Eu sei que Vossa Excelência vai tomar as providências.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 346/91, de autoria do Deputado Renato Adur, declara de Utilidade Pública estadual a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA PRAIA, da Ilha do Mel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96 de 14.08.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 346/91

##### PARECER:

Satisfeitos todos os requisitos da Lei n° 6994/78, somos pela Aprovação do Projeto de Lei n° 346/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Prainha da Ilha do Mel em Paranaguá.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DO MENOR CARENTE - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 97, de 15.08.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 349/91

##### PARECER:

Satisfeitos todos os requisitos da Lei n° 6994/78, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 349/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Formação do Menor Carente - Militares de Cristo, com sede em São Carlos do Ivaí.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2784, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2783, 2782, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2794, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constan-

te do expediente.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tendo em vista a aprovação desse regime de urgência para o qual também existe um Requerimento de nossa autoria, juntamente com outros Senhores Deputados, e em se tratando de matéria da maior relevância e tendo em vista também o entendimento que mantivemos com S.Esa. para que esta matéria figure na Ordem do Dia de amanhã, tendo em vista tratar-se do aumento destinado ao corpo docente das Universidades, solicitamos aos Senhores Deputados para que na Sessão de amanhã todos possam comparecer, de forma que possamos dar aprovação na quarta e na quinta-feira a este assunto que é de grande importância aos servidores das instituições de ensino superior do Paraná. É o projeto que concede o aumento salarial a esse segmento do funcionalismo público.

Portanto, encarecemos que todos compareçam amanhã, para que possamos até quinta-feira, ter solucionado esta pendência do Governo do Estado com os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos de n°s 2796 e 2797, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2779, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2778, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço e José Tavares, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2777, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2780, 2781, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2786, 2785, de

autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2788, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 2790, 2791, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2798, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2795, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados José Tavares e Severino Félix, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2801, de autoria dos Senhores Deputados Duílio Genari, Erondy Silvério, Nilton Barbosa e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Colombino Grassano recebeu resposta ao pedido de informações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 124 e 249/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 346 e 349/91.  
e do Projeto de Resolução n° 046/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 478/91,  
do Projeto de Lei Complementar n° 381/91,  
do Projeto de Lei n° 423/91  
e do Projeto de Resolução n° 037/91.

Levanta-se a sessão.